



# Anais da Assembléia

Nº 65

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 08 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 61.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 1.979

SEXTA-FEIRA

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> — Ficam transformadas em verba de representação:

I - em favor dos atuais membros do Conselho Superior do Tribunal de Contas do Estado, a gratificação "pro labore" por eles percebida, até 30 de abril de 1979, pelo exercício dessa função;

II - em favor dos atuais Conselheiros e Auditores, bem como dos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, a gratificação de produtividade de que trata o art. 1.<sup>o</sup>, da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1.974.

Art. 2.<sup>o</sup> — Fica assegurada ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor do Tribunal de Contas do Estado, quando no exercício dos referidos cargos, a verba de representação que vêm percebendo em decorrência dessas funções.

Art. 3.<sup>o</sup> — As providências decorrentes desta lei não poderão acarretar benefício ou prejuízo aos Conselheiros, Auditores e Procuradores, nem aumento da despesa pública em relação ao montante despendido, da data-base a que se refere o inciso I, do art. 1.<sup>o</sup>, com o pagamento das vantagens referidas.

Art. 4.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

## OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121 e 122/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCLONADO os Projetos de Lei números:

140/78: Do Senhor Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais S.O.S., da Cidade de Pitanga o qual convertido em Lei tomou o número 7.136.— **Agradeça-se.**

147/78: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Prado Ferreira, com sede no Município de Miraselva, o qual convertido em Lei tomou o número 7.137.— **Agradeça-se.**

151/78: Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança - APAE, com sede e foro na cidade de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o número 7.138.— **Agradeça-se.**

187/78: Do Senhor ex-Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o Lar Infantil André Luiz, com sede na cidade de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o número 7.139.— **Agradeça-se.**

188/78: Do Senhor ex-Deputado Muggiati Filho, que declara de utilidade pública o serviço de Obras Sociais S.O.S., com sede e foro no Município de Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o número 7.140.— **Agradeça-se.**

108/78: Do Senhor ex-Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Pais Cristãos, da Cidade de Irati, o qual convertido em Lei tomou o número 7.141.— **Agradeça-se.**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Romero Filho e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### MENSAGEM:

MENSAGEM N.º 65/79

Curitiba, 28 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar em verba de representação, em favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e dos atuais Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, as gratificações que especifica.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa tem em mira manter antiga tradição no sentido de conferir-se a semelhança que couber, no que respeita à configuração e conceituação de vantagens, entre os Magistrados e os Membros do Tribunal de Contas do Estado, bem como aos seus Auditores e Procuradores.

Dessa forma, a medida proposta, a exemplo do que a Lei n.º 7.113, de 10 de abril de 1979, disciplinou em favor dos Magistrados, visa, apenas, a transformação de algumas vantagens em verba de representação, com a expressa determinação de que, de tal providência, não decorra qualquer benefício ou prejuízo, nem tampouco, aumento da despesa pública.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

**135/78:** Do Senhor ex-Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais S.O.S., de Cianorte, com sede na Cidade de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o número 7.142.— **Agradeça-se.**

**139/78:** Do Senhor ex-Deputado Valter Pietrângelo, que declara de utilidade pública o serviço de Assistência Social Bom Pastor, com sede e foro na Cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o número 7.143.— **Agradeça-se.**

# **REQUERIMENTOS:**

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, REQUER regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 54/79 e 58/79, que criam os Municípios de Vera Cruz do Oeste e Lunardelli, respectivamente.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO.

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 22/79, que regulamenta a concessão de Bolsas de Estudo pela Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à família GUILHERME ENGELKE, cujo falecimento ocorreu no dia 07 de junho de 1.979, nesta Capital.

Requer, outrossim, o envio à família enlutada, do presente voto.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ.

## **JUSTIFICATIVA:**

O Sr. Guilherme Engelke foi um verdadeiro pioneiro na região de União da Vitória e General Carneiro.

Sempre se dedicando à construção de Serrarias, passou a maior parte de sua vida no interior daqueles municípios, enfrentando sempre as primeiras dificuldades típicas das atividades pioneiras.

Sua maneira de ser aliás, recebeu elogiosas referências do eminente escritor paranaense, José Cleto em seu livro "Eu vi cair o último pinheiro".

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. JOÃO PORATE, ocorrido no último dia 31 de maio, nesta Capital.

O Senhor JOÃO PORATE, nascido em 18 de fevereiro de 1.910, em Curitiba, como comerciante, chefe de família é líder comunitário grangeou a simpatia e a gratidão do povo de Curitiba.

Deixa viúva a Sra. ROSA PORATE e dois filhos:

JOÃO VICENTE PORATE — Casado com a Sra. MARISE; Srta. ALICE PORATE. Deixa ainda três netos.

Outrossim, aprovado o presente, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, à Rua Augusto

Stelfeld, n.º 1.638 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 45.º aniversário da emancipação política do Município de Sertãoópolis.

A história do município registra que Sertãoópolis foi elevada à categoria de município, no dia 10 de abril de 1.929, pelo Decreto Estadual n.º 2.645, tendo como seu primeiro Prefeito o Sr. Luiz Deliberador.

Todavia, em 13 de maio de 1.932, através do Decreto n.º 1.078, Sertãoópolis voltou a pertencer à Comarca de Jatay.

A autonomia do município foi recuperada em junho de 1.934, através do Decreto n.º 1.391, e graças à fertilidade de suas terras e a bravura de sua gente, Sertãoópolis ingressou no caminho do progresso, constituindo-se hoje numa das mais modernas cidades da região.

Além do café que era a base de sua agricultura, Sertãoópolis hoje registra excelentes safras de soja, trigo, arroz e milho, face às extraordinárias qualidades de suas terras.

Requer-se por último, que da decisão desta Casa, dê-se ciência aos poderes Executivo e Legislativo, daquele município.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor à direção da União Paranaense dos Estudantes Secundários -UPES-, pela publicação do jornal "ARGUMENTO".

Requer, outrossim, dê-se ciência do inteiro teor do presente à União Paranaense dos Estudantes Secundários, na pessoa de seu presidente Luiz Fernando Esteche.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

## **JUSTIFICATIVA:**

Chegou-me às mãos o último número (n.º3, ano II) do jornal "Argumento" publicação da União Paranaense dos Estudantes Secundários, com matérias de real interesse para os milhares de estudantes secundaristas do Paraná e de interesse geral, como a entrevista do Senhor Secretário da Educação e outras, de cunho literário, como a publicação de trabalhos do MIC - Movimento de Iniciação Literária.

É um jornal muito bom no aspecto gráfico e redacional. Eu, que já participei da Direção da UPES em épocas anteriores, sei das dificuldades para a impressão e publicidade de jornais pela entidade mater dos estudantes secundaristas do Paraná. É no intuito de estimular os atuais dirigentes da UPES, que solicito este voto de louvor.

Com a atuação vigorosa dos estudantes é que teremos um "novo mundo, um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho, que dê futuro à mocidade e segurança à velhice", conforme o discurso de Charlie Chaplin, no filme "O Grande Ditador", em trecho publicado pelo jornal "ARGUMENTO".

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido

o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para que o mesmo autorize a construção de sede própria para a agência de Mamborê.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Mamborê, é um dos mais progressistas de toda a região, contando atualmente com aproximadamente 55.000 habitantes e possui uma área de 1.273 km<sup>2</sup>, sendo sua densidade demográfica de 35,84 e sua produção agrícola uma das maiores de toda a região.

Estando o mesmo num ritmo de expansão acelerada, necessitando portanto de mais este benefício que é a construção da sede própria do Correio e Telégrafo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo de Almeida, Secretários dos Transportes, no sentido de que seja construído o anel viário de Campo Mourão, e que deste requerimento, dê-se ciência à Câmara Municipal do mesmo município.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Legislaivo do Município de Campo Mourão aprovou por unanimidade requerimento do Vereador João Sérgio Kffuri, que solicitou a interferência das autoridades de nosso Estado, no sentido de que seja construído com a devida urgência, o Anel Viário de Campo Mourão, motivado pela conclusão do asfaltamento da Rodovia Campo Mourão-Goioerê e o início do asfaltamento de Campo Mourão a Iretama e a futura pavimentação da Rodovia Campo Mourão-Cruzeiro d'Oeste, e nós nos associamos a esta justa reivindicação do povo de Campo Mourão, pois esse anel virá beneficiar não só Campo Mourão, mas toda a região, pois como se vê a sede do Município de Campo Mourão é um dos mais importantes entroncamentos rodoviários do Estado, sendo ligado atualmente por asfalto às cidades de Maringá e Cascavel.

Solicito que dê-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo que em todos os processos judiciais, que implicam em ações de despejos referentes a litígios de terras, onde se discute o direito possessório, sejam ouvidos o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - e o Instituto de Terras e Cartografia - I.T.C., como "lides-consórcio".

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta sugestão baseia-se nos inúmeros despejos, conflitos e violências que ocorreram e estão ocorrendo no Estado do Paraná em torno da posse da terra.

Entretanto, esta violência está a convir com leis sociais a exemplo do Estatuto da Terra e órgãos instrumentalizados em base a mesma lei, sem que se faça sentir a solução definitiva para o caso.

Na qualidade de presidente da Comissão de Terra, Colonização de Migração, de um órgão legislador, nada mais nos

resta a fazer a não ser denunciar, pois a lei já existe.

Nosso papel de legislador fica descaracterizado, quando somos obrigados a assistir os órgãos executivos cruzarem os braços diante das injustiças sociais.

Responsabilizamos diretamente o INCRA e o I.T.C. pela sua letargia e ineficiência, que já se estende por mais de uma década de sonolência, enquanto invoca-se o ditado popular: A justiça tarda, mas não falha; mas neste caso quer nos parecer que a justiça falha, mas não tarda.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Delegado-Chefe da DELEGACIA DA SUNAB, EM CURITIBA-PR, requerendo desencadeamento da fiscalização nos supermercados de UMUARAMA, tendo em vista as constantes queixas e denúncias de donas de casa com relação a produtos deteriorados e a não observância de preços, dado a disparidade de preços para o mesmo produto de um supermercado para outro.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) ROMERO FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Não observância do tão propalada "congelamento" de preços ventilado pela esfera federal, por parte dos supermercados locais (UMUARAMA).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Durante a sua permanência em nossa terra, onde exerceu as funções de Comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar e 5.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria, o General Samuel Alves Correa grangeou um grande círculo de estima, traduzidos na grande afluência de conterrâneos presentes à sua posse, por ocasião em que recebeu o Comando do 3.<sup>o</sup> Exército.

Durante a sua carreira militar, o General Samuel Alves Correa ocupou várias posições de comando, sempre destacando-se nas virtudes militares, motivos pelos quais, foram-lhe atribuídos novos encargos, com missões de maior responsabilidade.

Aqui em nosso Estado, sua passagem obteve invulgar realce, sendo ao final de seu período, tributada calorosa despedida em reconhecimento pelo muito realizado em prol do nosso Estado, bem assim, pelo estreitamento das relações entre civis e militares.

Com grande júbilo, recebemos a notícia da sua indicação para ocupar o elevado posto de Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o EMFA.

Atualmente, vinha aquele militar ocupando, com real destaque, o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército.

Certo de que o seu nome representa a garantia da concretização dos mais caros valores da Nação brasileira, o Deputado que o presente subscreve, respaldado nas prerrogativas regimentais, vem solicitar, seja manifestado um voto de regozijo ao General Samuel Alves Correa, pelo novo posto em que será investido.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) JOÃO ELÍSIO.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 80/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — As Câmaras Municipais receberão, mediante requerimento fundamentado, diretamente da Secretaria de Estado das Finanças a dotação que lhes for consignada pelo Orçamento do município.

§ 1.<sup>o</sup> — A dotação de que trata este artigo, será

levada à conta da participação do respectivo município, na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

§ 2.º — Ao pedido de pagamento deverá ser anexado exemplar do Diário Oficial no qual esteja publicada a Lei Orçamentária Municipal.

Art. 2.º — O requerimento deve ser protocolado, na Secretaria das Finanças, até o décimo (10.º) dia útil contado da data de início do exercício financeiro.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoio: Renato Bernardi.

#### JUSTIFICATIVA:

A Reforma Tributária de 1.965 passou a consagrar uma distribuição imediata dos recursos arrecadados pelo Estado em pronto favorecimento de seus municípios.

Essa presteza na distribuição da receita, entretanto, foi depois subvertida, para desespero e desesperança da maior parte dos municípios, que têm na participação da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), a sua fonte de recursos mais substanciais. É necessário, pois, corrigir as distorções, e aperfeiçoar os mecanismos no campo da distribuição da receita municipal, tendo em vista a harmonia e independência dos Poderes.

Os recursos municipais provêm de tributos, rendas de bens e serviços, e outros recursos tais como rendas patrimoniais, multas, vendas, doações, auxílios, participação dos impostos estaduais e federais.

Os municípios participam dos seguintes impostos:

- a) vinte por cento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (Estadual);
- b) cem por cento do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural;
- c) outros impostos da União (artigos 24, 25 e 26 da Constituição Federal).

No entanto a falta de recursos dos municípios chegou a ser crônica e institucional. Sabemos que o município participa muito pouco dos tributos gerais arrecadados. Podemos imaginar, então, o drama, as enormes dificuldades que têm as Câmaras Municipais para desempenharem dignamente as suas atribuições.

Por tudo isso é que tomamos a iniciativa do presente plano de lei, autorizando a Câmara Municipal ao recebimento das parcelas de créditos tributários referentes aos duodécimos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e outras rendas municipais, porquanto, se a Prefeitura organiza e dirige seu funcionalismo, a Câmara Municipal administra e organiza o sei, separadamente.

Sabendo-se que o Poder Legislativo Municipal precisa, para pelo exercício de suas funções de fiscalização da administração pública, contar com total independência, é que apresentamos o presente plano de lei, visando destinar diretamente às Câmaras Municipais cotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), livrando-as dos grilhões do Poder Executivo, que conforme denúncias vindas dos mais diferentes municípios de nosso Estado, retardam a transferência dos recursos destinados ao Poder Legislativo, somente o fazendo, quando da tramitação de projetos de interesse do Executivo. No que concerne às dificuldades financeiras dos municípios, haverão os homens públicos de nossa terra que encontrar fórmulas que venham melhor distribuir as receitas tributárias; porém, não podem os poderes legislativos municipais, permanecerem sem nenhuma condição de funcionamento, por absoluta falta de cumprimento da legislação em vigor pelos Prefeitos Municipais, que não transferem os duodécimos, dentro das programações orçamentárias, impedindo assim o livre funcionamento do Poder Legislativo. Entendemos que a vinculação do duodécimo das Câmaras Municipais às cotas do ICM dos muni-

cípios virá, inegavelmente, viabilizar o funcionamento harmônico entre os poderes Executivos e Legislativos Municipais.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após promessas já de vários governos da Revolução, de que devolverão esta Pátria à democracia, resta-nos, depois de longos anos, apenas a espera, a insegurança, e, porque não dizer, o inconformismo.

O MDB, Partido da Oposição neste País, já conhecido, inclusive, como Confederação das Oposições, não está vendo com bons olhos as tentativas de afirmação sobre a extinção dos atuais partidos políticos, enquanto que observamos que vários parlamentares do Partido Situacionista, se dizem até conformados com tal possibilidade, o MDB acha que esta possibilidade é, em termos gerais, uma demonstração por parte do Governo, de fraqueza e instabilidade político-partidária.

Após ser considerado, diga-se de passagem, o Partido Majoritário, que após a Revolução de 1.964, ou melhor dito, após o Movimento Palaciano do mesmo ano, passou a ser a ARENA o Partido da Revolução, onde se configura que a Revolução perdeu seus objetivos de imparcialidade no setor político-partidário.

Enquanto tudo ainda não passa de especulações, ou mesmo de tentativas, quem sabe, de aplacar o desenvolvimento que a Oposição vem apresentando, o Senador pelo Maranhão, José Sarney, entende que os estudos até então realizados pela ARENA, demonstram interesse por parte da grande maioria do Partido Situacionista, de sua extinção.

Gostaria de saber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a opinião do povo, em geral, será deixada completamente de lado, mais uma vez, dentro de uma demonstração de arbítrio e prepotência governamental. Não entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como pode um Partido determinar a extinção de outro. Isto, pelo menos, nunca aconteceu em países democráticos. Seria a mesma coisa que destituir um povo e eleger outro.

Quanto ao aspecto, o MDB vai reunir-se a nível nacional, para discutir o assunto. Considero este um problema sério pelo qual passamos e deveremos passar.

Mas, não descarto outra dificuldade pelas quais o povo brasileiro vem passando, ou melhor, tentando passar, ainda que calado, ainda meio temeroso, com represálias por parte do Governo, através de seus organismos de repressão, e dos governos estaduais que se fixaram em tais posições, sem ouvir o povo, e continuam com os ouvidos fechados diante dos gritos de angústia de um povo que vem sendo massacrado pela máquina inflacionária, pelo fantasma da inflação, pelas alarmantes mordomias que favorecem a uma minoria governamental, contra a maioria popular absoluta que vive, principalmente a classe trabalhadora, - de minguados salários, declarações oficiais de miserabilidade, e que tem que ouvir os apelos do Governo para economizar gasolina, mas que são obrigados a pagar mais de dez cruzeiros o litro deste combustível, quase três cruzeiros por um cafezinho. Isto para não falar nos gêneros de primeira necessidade, dos quais o pobre passa a apenas lembrar-se com saudade, de tempos idos, em tê-los à sua mesa.

Para finalizar, Sr. Presidente, todos estes aspectos, juntos, estão forçando o Governo a tomar um rumo mais humano em suas decisões, caso contrário, este mesmo povo, ordeiro e trabalhador, irá parar, como param as máquinas por falta de combustível, precipitar-se-ão ao abismo por falta de um condutor responsável. O povo é a máquina mantenedora da ordem, do progresso e da grandeza desta Nação; o povo precisa ser ouvido e, além disto, é preciso atender aos apelos e as angústias do povo que está mantendo este gigante verde-amarelo, de pé, apesar de estar, há mais de quinze anos, sem ser

ouvido, sendo massacrado e marginalizado. A hora de sairmos da marginalização é agora, Sr. Presidente. e o povo está unido para iniciar esta marcha grandiosa e patriótica, em busca de seus direitos; já vem cumprindo com seus deveres e obrigações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias, desta tribuna, fiz um pronunciamento em que solicitava a valorização dos municípios brasileiros.

Dizia eu, da necessidade de uma alteração na legislação tributária; falava eu, sobre a aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, em que os tecnocratas dotavam normas, sem conhecerem as necessidades dos municípios, impossibilitando que os municípios utilizassem esses recursos, na prioridade de cada município. Verificamos de que só teremos um País forte, quando tivermos os nossos municípios fortalecidos.

Depois deste pronunciamento, e ontem, ao tomar conhecimento do decreto que Sua Excelência o Sr. Presidente da República em que libera a aplicação de recursos aos municípios, dando mais agilidade e condições para que o município aplique esses recursos nas suas prioridades, não poderia deixar de, neste momento, congratular-me com esta medida adotada, que é o início da libertação dos municípios brasileiros.

Por este motivo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou apresentando um requerimento vazado nos seguintes termos. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, congratulando-se pela assinatura do decreto que dá maior liberdade aos municípios na aplicação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), possibilitando aos prefeitos aplicarem de acordo com a prioridade de cada município.

É este o início de apoio aos municípios, esperando que, em breve, venha solidificar a valorização dos municípios com a reforma tributária.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1979"

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dias atrás encaminhamos desta Casa, um expediente à Café do Paraná, expediente esse que tinha por escopo alguns esclarecimentos que pretendíamos daquele órgão, porque, após uma viagem que fizemos a uma das regiões que representamos nesta Casa Legislativa, mais especificamente os Municípios de Lupionópolis e Santo Inácio, ali recebemos, através de uma Comissão de Cotonicultores, algumas informações alusivas ao plantio de algodão, e os mesmos reclamavam que, para encontrar melhores resultados na safra de algodão, estavam se utilizando da semente IAC 17 - paulista, cuja semente buscavam no vizinho Estado de São Paulo, e contavam que encontravam obstáculos na fiscalização para conseguir trazer a referida semente de São Paulo para o Paraná, o que era proibido, e explicavam que tal semente oferece, realmente, uma produção muito maior, fato que tem sido o resultado da própria safra algodoeira daquela região.

Baseado em tais expedientes, encaminhamos à Café do Paraná um expediente, e neste, esperávamos obter alguns esclarecimentos.

Esperávamos saber se efetivamente a fiscalização não permite a entrada no Paraná, da semente IAC 17-paulista. Esperávamos algumas explicações, se há ou não tal proibição; esperá-

vamos alguma informação, se tais sementes, a IAC 17-paulista e a IAC 17-paranaense são equivalentes ou se efetivamente a semente paulista tem apresentado e pode apresentar um rendimento superior.

Mas, ao invés disto, estamos recebendo da Café do Paraná, através da Primeira Secretaria desta Casa, uma resposta, que estranhamos pela forma como vem vazada, dizendo no seu item 1.º: "Esta empresa de economia mista, responsável pela produção e beneficiamento de sementes de algodão no Estado do Paraná, estranha a informação colhida pelo nobre Deputado, de que a semente IAC 17 só pode ser adquirida em São Paulo, não havendo liberação para a sua aquisição, e que se fez um apelo para que a mesma passe a ser negociada pela Café do Paraná.

No item 2.º, a informação de que no ano passado, a nossa produção de IAC 17 não foi suficiente para atender a demanda, fato também ocorrido no Estado de São Paulo, que, da mesma forma, não produziu quantidade suficiente para atender à sua demanda de plantio. A necessidade de sementes foi suprida com outras variedades, pois a multiplicação da IAC 17 estava sendo iniciada tanto no Paraná quanto em São Paulo.

E diz o Sr. Diretor Presidente da Café do Paraná no item 4.º: "Os dados expostos no item 2.º, demonstram que o grifado no item 1.º não procede ou seja, aquela informação que fizemos e a resposta que esperávamos receber da Café do Paraná".

Estranho, Senhor Presidente, Srs. Deputados, porque sobre este assunto inclusive mantive contato com o Sr. Secretário da Agricultura, Sr. Reinhold Stephanes, e o mesmo, ao tomar conhecimento deste assunto, havia dito a este Deputado que, assim que chegasse à Café do Paraná o referido expediente, logicamente ele, dele, teria ciência e iria encaminhar elementos de sua Secretaria para conhecer "in loco" o problema, para fazer um levantamento, e se fosse o caso, tomar as medidas que se fizessem necessárias.

Entretanto, recebo apenas uma resposta que o Presidente da Café do Paraná diz laconicamente que estranha a informação colhida pelo Deputado.

Como devo viajar na próxima semana para a mesma região, vou então colher melhores subsídios para voltar a esta Casa com este problema, para que possamos ter uma resposta mais plausível, mais definitiva, e que, efetivamente, possa dar melhor orientação aos cotonicultores daquela região, porque entendo que não vejo nenhum mal em que, desta tribuna, eu venha fazer um apelo neste sentido, conhecendo que é um problema de interesse da própria produção algodoeira do Paraná.

Para isto, venho hoje registrar com a promessa de que voltarei à tribuna, para tratar, com melhores detalhes, desta matéria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No atual estágio da agricultura brasileira, ainda não se pode, evidentemente, ter uma agricultura, sem dispensar os incentivos governamentais, mais precisamente na área do crédito.

Agora, o que eu acho que não se pode substituir, nem confundir, é crédito fácil com preço justo. Na minha opinião, a agricultura necessita ainda de apoio governamental na área creditícia, mas necessita muito mais ainda, ter um preço mínimo para os seus produtos realmente compensadores, e que garanta ao produtor agrícola uma remuneração no final do ano, que dê, pelo menos de acordo com o próprio Estatuto da Terra, trinta por cento acima das suas despesas, para colher determinados produtos, e além disso, um seguro agrícola, que, no caso de uma frustração de safra, este produto possa ser garantido.

Estamos vendo o Ministro Delfin Neto, quase diariamente na TV, nos jornais, em palestras, com o que se tornou até folcló-

rico no Brasil hoje, "encher a panela do pobre" e comprar tudo, financiar tudo o que o agricultor plantar.

Repito, para uma agricultura que nós temos no Brasil hoje, no campo do café, por exemplo, desde 1975, que o produtor de café brasileiro está devendo todos os financiamentos, de 1975 para cá.

No trigo, três safras frustradas, com o financiamento dessas safras ainda por ser pago no banco, na maioria dos créditos.

A safra de soja do ano passado, no Paraná por exemplo, cinquenta por cento perdida, e no Rio Grande do Sul, este ano, em que devido à frustração, à seca, esta safra ainda está por serem pagos todos os financiamentos. Isto, sem levarmos em consideração outras culturas, como a safra do arroz, do milho, e uma série de produtos, que faz com que o agricultor hoje, esteja totalmente endividado com a sua propriedade hipotecada por um valor às vezes superior àquilo que a própria propriedade vale.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estiveram reunidos em Curitiba, esses dias, representantes das organizações das cooperativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e do Estado de São Paulo, onde, num estudo criterioso e sem exageros, apresentaram sugestões ao Ministro Delfin Neto, e ao próprio Governo Federal, num preço mínimo mais justo, que seria a melhor maneira realmente, de incentivar a agricultura.

Nós sabemos, que no crédito fácil, o agricultor é um mero avalista de um repasse do dinheiro, seja para a indústria de fertilizantes, para a indústria de tratores, ou de implementos agrícolas. Enfim, o dinheiro que vem para ele, ele nem vê, apenas endossa esse dinheiro em investimentos na agricultura, que deveria ser com preços justos.

E nessas condições é que nós voltaremos com um tempo maior, e com o trabalho que acabamos de elaborar, para trazer a esta Casa, exatamente os problemas e angústias da agricultura brasileira, principalmente na questão de financiamento.

E para encerrar a nossa participação hoje, gostaríamos de, em alguns produtos, trazer a análise feita por essa reunião aqui em Curitiba. Por exemplo:

Algodão: Valor de custeio por hectare: Cr\$ 12.468,00; por arroba de 15 quilos, Cr\$ 113,00; preço mínimo atual por arroba de 15 quilos: Cr\$ 135,00; preço pleiteado Cr\$ 188,00.

Arroz irrigado: Valor do custeio por hectare: Cr\$ 13.716,00; por saca de 50 quilos, Cr\$ 190,50; preço mínimo atual em torno de Cr\$ 150,00; preço pleiteado, Cr\$ 316,00.

Arroz sequeiro: valor do custeio por hectare: Cr\$ 5.459,00; por saca de 50 quilos: Cr\$ 182,00; preço mínimo atual, Cr\$ 182,00; preço pleiteado: Cr\$ 302,00.

Amendoim: valor do custeio pleiteado por hectare: Cr\$ 9.532,00; por saca de 25 quilos: Cr\$ 106,00. Preço mínimo atual por saca de 25 quilos: Cr\$ 108,00; preço pleiteado: Cr\$ 176,00.

Batata semente (não há referência a valores de custeio); preço mínimo atual por caixa de 30 quilos: Cr\$ 201,00; preço pleiteado, Cr\$ 398,00.

Feijão: valor de custeio pleiteado por hectare: Cr\$ 6.916,00; por saca de 60 quilos, Cr\$ 346,00. Preço mínimo atual, Cr\$ 369,00; preço pleiteado Cr\$ 574,00.

Milho: valor de custeio por hectare: Cr\$ 6.940,00; por saca de 60 quilos, Cr\$ 126,00. Preço mínimo atual, Cr\$ 108,00; preço mínimo pleiteado, Cr\$ 209,00.

Soja: valor de custeio pleiteado por hectare: Cr\$ 5.898,00; por saca de 60 quilos, Cr\$ 196,60. Preço mínimo pleiteado: Cr\$ 326,00.

Sorgo: Valor do custeio pleiteado por hectare: Cr\$ 4.234,00; por saca, Cr\$ 114,00. Preço mínimo atual, Cr\$ 91,80; preço mínimo pleiteado, Cr\$ 190,00.

Suínos: Valor de custeio pleiteado por 100 quilos: Cr\$ 2.066,00; por quilo, Cr\$ 20,66. (Atualmente não há preço mí-

nimo fixado). Preço mínimo pleiteado, Cr\$ 25,83.

Seria desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o melhor incentivo que o Governo daria, realmente ao agricultor, preço mínimo justo e comercialização garantida, ao invés de se facilitar tanto o crédito que, a nosso ver, ajuda, mas enterra, ainda mais, o nosso lavrador endividado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta sessão matinal, quando a semana parlamentar se esvai, cada Deputado retorna às suas bases e, neste final de semana, Sr. Presidente, Srs. Deputados, teremos nestas visitas a nossos companheiros de região, uma paisagem totalmente diferente da que nós tínhamos na semana passada. Totalmente diferente de um lado, mas tão igual, tão monótona e tão cansativa como no decorrer desses quinze anos de regime autoritário, em que a preocupação maior da autocracia implantada neste País é a continuidade, a perpetuação no poder; e o instrumental usado para essa continuidade, para essa permanência no Poder, como a História prova sobejamente, que toda ditadura se mantém na sua essência e na sua característica de ser corrompida e corrompedora. E, agora a paisagem muda; muda porque a revitalização democrática de um país que se manifesta pela consulta às bases e pela consulta ao povo, foi, mais uma vez, violentada.

Num Estado como o Paraná, que tem uma sangria humana de centenas de milhares de habitantes, 270 mil vivendo no Paraguai, 400 mil vivendo na Amazônia, 600 mil vivendo na região metropolitana de São Paulo e Campinas, 800 mil desempregados, vivendo no Estado; nós temos os Diretórios Municipais dos Partidos, existindo e subsistindo com os seus diretórios há mais de 4 anos. E agora a Lei Mendes Canale prorroga, dilata e adia por mais seis meses essa renovação tão necessária.

Mas, Srs. Deputados, tudo isto é uma cadeia que caracteriza bem o regime autoritário em que se vive. Que procura tomar medidas liberalizantes para efeito externo, mas quer manter a sua essência de autoritarismo, de permanência, de privilégio e de elite.

Hoje, pela prorrogação, o adiamento das convenções, amanhã: será a prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores, depois de amanhã, será a extinção dos Partidos. Em seguida, deverá vir uma anistia parcial, sem seguida, virão outras pequenas concessões para liberalizar a casca e o verniz, mas a essência é a coluna vertebral, Sr. Presidente, que continua sendo a mesma, de um regime de força, de um regime autoritário, em que 130 milhões de brasileiros lutam para garantir o privilégio, para garantir o bem estar, para garantir a tranquilidade de uma minoria insignificante de apenas um por cento dessa população. E há aqueles que pregam a continuidade dessa sistemática, em nome da civilização cristã e ocidental.

E eu pergunto, Sr. Presidente, cristianismo nunca foi isso, cristianismo nunca foi a perpetuação do privilégio. Cristo, na sua passagem por esta terra, teve a coragem que está faltando a muitos de nós, de ousar e tomar uma posição firme e definida, contra aqueles que exploram, que oprimem e que massacram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho a esta tribuna com a certeza de que esta notificação foi a primeira de uma série destinada a tirar do mercado u'a marca que não tem a aceitação popular.

E extinguir também do mercado eleitoral, u'a marca que, finalmente, se identificou como porta-voz e como intérprete das massas populares do nosso povo e da nossa gente, que é o MDB.

E contra a nossa extinção e contra mais esse ato de força, é que venho à tribuna ao menos para registrar o fato no processo



histórico em que estamos todos envolvidos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Os democratas sonolentos começam a se espreguiçar sobre o colchão revolucionário da tecnocracia, e tentam agora, para puxar o cobertor público, para esconder os últimos bocejos da passividade e do peleguismo.

Após longos quinze anos, Sr. Presidente, anos difíceis, tenebrosos, autoritários de excepcionalidade, de ampla anormalidade constitucional e tantas e tantas outras violências, eis que de repente, não mais que de repente, começam a proliferar os defensores da liberdade, arautos da democracia, pregadores de novos tempos.

Eis que aparece agora, somente agora, vozes clamando eleições diretas nas áreas de segurança nacional. Eleições livres e diretas para prefeitos das capitais, para os governos dos Estados, e alguns poucos mais ousados falam até em eleições em todos os níveis. Também são os mesmos que após tantos e angustiantes anos, esboçam acanhadas defesas de direitos humanos, esbanjam conceituações universais de Direito e Justiça, procuram expressar consciência cívica invejável, apregoam defesas dos trabalhadores, falam das injustiças sociais, dizem bem elaboradas elocubrações mentais sobre os “novos ventos que sopram do Planalto”.

Exemplo típico tivemos há pouco, quando o Governador do Paraná, entre outros, passou a advogar eleições diretas, em especial nas áreas de segurança nacional.

Um quadro visível, em que pese devêssemos chorar . . .

Afinal, onde é que estavam nos últimos quinze anos, esse elevado contingente de brasileiros, principalmente de políticos brasileiros, quando a noite escura do autoritarismo cegou e violentou a DEMOCRACIA, a LIBERDADE e a BUSCA DA JUSTIÇA SOCIAL??? Onde estavam, Sr. Presidente?

Foi preciso que os Senhores todo-poderosos sentissem a perda diária da força pela força, para que seus subservientes igualmente comessem a mudar. Esquecem-se, todavia, que deverá ser debitada parcela expressiva do que se passou nos últimos tempos em nosso País aos que se acovardaram e ignoraram os clamores populares.

Sempre haverá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Hélio Silva a testemunhar viva e seriamente a história recente.

A dormida profunda, com raras espreguiçadelas, trouxe o distanciamento popular, Governo sem povo, apoio agora perseguido a qualquer custo.

Ainda ontem, assistimos mais uma vez o sussurro dos recém despertos trombetistas da abertura, os “novos ricos” da democracia, os desafinados contadores da liberdade . . .

Conceituam a abertura político-institucional com democracia efetiva. Misturam liberdade com liberalidade.

Não há dúvida que há uma pequena fissura no sistema instituído no Brasil e que domina plenipotenciariamente, sem escrúpulos, as instituições e direitos que a humanidade levou anos e anos para construir. No entanto, a excepcionalidade continua, como continuam os determinismos oficialistas por tantos acatados, de maneira servil e passiva.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos) A Presidência comunica ao nobre orador que seu tempo, no Pequeno Expediente, está esgotado. Entretanto, Vossa Excelência está inscrito no horário da Liderança do MDB; conseqüentemente, o nobre orador terá mais quinze minutos para concluir sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente esta concessão, também da Liderança, ao ilustre Deputado Renato Bernardi.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podemos confundir essa liberalidade existente. Não se trata de LIBERDADE, pois esta implica ao homem e ao seu grupo social a faculdade de se decidir ou agir segundo a própria vontade. E nós continuamos a conviver com a Lei de Segurança Nacional, com as salvaguardas, com as decisões providas dos laboratórios políticos existentes nos porões do Estado totalitário, e assim por diante, Sr. Presidente.

Basta apenas evidenciar o artigo 50 da famigerada Lei de Segurança Nacional, que dá pleno e absoluto poder ao Ministro da Justiça, de sentenciar sobre a vida do jornalista, sobre a vida de uma emissora de rádio, de decidir sobre a sobrevivência da televisão, permanecendo sob seu controle, a informação em todo o País; e uma simples portaria, resolução, determinação de um Ministro, bastará para alijar um jornalista do seu trabalho e colocá-lo novamente sob suspeição e no porão das prisões.

Enfim, Sr. Presidente, continua o conjunto de leis que dá ao sistema, o poder de decidir o que convém ou não convém à Nação; o que deve ou não ser consentido; o que deve ser liberado e o que deve ser permitido. E o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, busca-se iludir o povo, de que tudo está em liberdade; que a democracia se efetiva, que o Estado de Direito se consolida. Os apologistas de tal situação, que são os coniventes de ontem, hoje democratas, por conveniência, também por certo serão os que passivamente, aceitarão qualquer retrocesso, qualquer atropelo aos direitos humanos, pois não faltarão argumentos ligados à subversão permanente, à desordem ameaçadora.

Ideologias alienígenas, sempre usando argumentos que buscam evidenciar como justificativas, aos que tudo aceitam, desde que o Governo permaneça no Poder por mais distante que esteja da Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias ouvi o pronunciamento de que o Presidente surpreendia a Nação, porque estavam aí as greves; que nada aconteciam, esquecendo que houve intervenção, que houve certa violência e que a greve foi proibida, mas o povo foi às ruas.

Há poucos dias ouvimos um pronunciamento aqui, que o Governo não procura muitas manchetes, mas continua um trabalho sério de redemocratizar o País.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

E há pouco ouvimos aqui o Deputado Renato Bernardi sentenciar, também com primazia, mais um instrumental de excepcionalidade que se faz, que é a prorrogação das convenções de Diretórios em todo o País.

Ouvimos aqui, de que o Governo até apoiou a UNE. Quando nós sabemos que o que eles fizeram foi efetivamente para evitar o Congresso da UNE, mas como não se tornou mais possível, porque o estudante ousou, aí se fez u'a mera concessão. Mas, mesmo assim, os ônibus foram revistados; mesmo assim, se tomaram determinadas posições policiais, esperando querer caracterizar toxicômanos, como se os estudantes, fossem, invadiram ônibus; revistando, à procura de livros subversivos e de tóxicos; mas, acima de tudo, traziam, como estão nos relatórios da UNE, a relação daqueles que estavam indo ao Congresso; em sabendo, e apenas sendo vigias do que eles pregam com esta democracia está se consolidando.

Ainda bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que exatamente o povo brasileiro está quebrando o medo, está fazendo a democracia.

Tem o aparte o nobre Deputado.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Nelson Friedrich, o que Sua Excelência está a testemunhar na tribuna, é a verdade e somente a verdade. A verdade é dita com muito brilhantismo, com boa eloquência, e eu não gostaria de estragar assim o seu discurso, mas apenas adicionar alguns fatos

que venham a comprovar a verdade que Sua Excelência está a dizer da tribuna.

Em primeiro lugar, se nós abríamos a página 5 do jornal "O Paraná", de hoje, e lermos sobre as eleições ou a nova escolha do Presidente da Câmara de Vereadores, nós lemos: "Prefeito de Medianeira nomeou novo Presidente da Câmara de Vereadores".

Veja que tristeza, nobre Deputado, apesar de termos denunciado, não só nós, como também o Tribunal de Contas, visto que é um corrupto; apesar de nós sabermos que na faixa de fronteira o povo vive e clama por justiça, por liberdade, por democracia, mas nos sussurros borbulham notícias que nos vêm dos porões da ditadura, de que haverão novas nomeações, inclusive em Santa Helena, e a mando inclusive, nobre Deputado, daqueles que há dias atrás, numa atitude de oportunistas pregavam daquela tribuna, eleições livres para Prefeitos. Dizem que querem eleições livres, porém convivem com o continuismo, com as nomeações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou testemunha de uma visita que fiz na minha região, da alegria com que o povo recebia naquela faixa de fronteira, a notícia de que haveria eleições livres para Prefeitos, e esse mesmo Parlamentar que há poucos dias dizia num pronunciamento de que esperava e confiava na democracia lenta, não de manchetes do Presidente Figueiredo; esse mesmo Parlamentar foi o primeiro a correr na região e dizer na rádio de que não haveria eleições diretas. E voltou aqui e assinou com os seus colegas parlamentares, um requerimento pedindo eleições diretas.

Realmente, nobre Deputado Nelson Friedrich, não entendemos mais nada. Prega-se eleições diretas, mas na ação prática, a incoerência é flagrante. Por isso, não podemos acreditar e confiar.

Aliás, os 14 anos de promessas e promessas ao retorno à democracia, é o suficiente para dizermos que estamos cansados de esperar, de promessas e de lentidão. Nós queremos eleições diretas, não nós, o povo clama por isso.

Era este o aparte, nobre Deputado. Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O drama de um povo sempre foi querer conquistar a democracia, mas o drama maior é ter perdido a liberdade e a democracia. E perdemos pelas nossas mãos, pela passividade e subserviência, principalmente a classe política brasileira.

Mas, eu dizia, Sr. Presidente, o Governo proíbe a greve, o trabalhador vai à rua, reclamando a justiça que lhe é negada. A UNE é considerada indesejável, estão aí as entrevistas anteriores do Ministro da Educação e Cultura do nosso País. Dizia-se que a UNE é ilegal, e que estava extinta. O estudante fez, corajosamente o Congresso, e reorganiza a UNE, e está viva a entidade.

E assim segue a "abertura casuística". Assim seguem os DEMOCRATAS SONOLENTOS, que apenas agora, tão somente agora, começam realmente a espreguiçar-se, acordando da "dormida geral", aturdidos por certo, pelo despertar popular que se fez soar em todos os recantos brasileiros.

E ainda nesta semana ouvíamos aqui nesta Casa, de que virá uma anistia, não como a Oposição quer, anistia inclusive que atinge aqueles que mataram, "porque nós achamos", dizia um Deputado "de que nenhum homem tem o direito de tirar a vida do outro".

Quem começou a violência neste País, quem começou o processo da agressividade política? Quem catalogou crimes comuns como crimes de Lei de Segurança Nacional, uma lei eminentemente política e excepcional? Como agora querer misturar as coisas e confundir a opinião pública? Confundir, inclusive, porque a anistia que o MDB e a Nação querem é a anistia que a OAB quer, é a anistia que a Igreja quer, é a anistia que os jornalistas querem, é a anistia que a intelectualidade brasileira quer, não é a anistia concedida como mais uma benevo-

lência dos portentosos do poder.

E se procura então confundir, de que nós estamos querendo abrir as prisões aos criminosos comuns; confundir a opinião pública, tentando agredir a sensibilidade do povo que está aí, emocionalmente arrasado pela insegurança dos grandes centros, pela insegurança da violência que grassa de norte a sul do País.

E então, misturam-se as coisas, ferindo um instituto sagrado, universal e conceituado como é a anistia.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi. O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado, primeiro essa tentativa de dizer que a Oposição quer anistia para assaltantes de bando, é tão ridícula como não lembrar que, anualmente, o Presidente indulta e concede o "perdão de Natal", isso anualmente, é tradição democrática conceder anistia para criminosos comuns.

Então, isso é um expediente e uma tentativa totalmente infrutífera.

Mas, Vossa Excelência anteriormente havia afirmado que o Presidente da República, ao estender a mão, e noticiava a imprensa, que com as greves, o Governo nada fazia, como se estivéssemos numa perfeita democracia.

Deputado, na greve dos metalúrgicos, embora não haja saído na imprensa, muita gente apanhou. A polícia desceu o cacete valendo. Na greve dos motoristas, em São Paulo, ainda saiu alguma coisa pela imprensa. Na greve dos motoristas de Pernambuco e do Ceará, saiu gente até ferida.

Mas, o caso mais estarrecido dessa "abertura" que o Governo está dando, temos em Minas Gerais, quando a única vez, nos quinze anos de ditadura, pela primeira vez, a polícia dissolveu u'a manifestação de professores a bombas de gás. O SR. NELTON FRIEDRICH — A mando de quem?

O Sr. Nilso Sguarezi — A mando de quem, exatamente, Sr. Deputado?

Em Minas Gerais, a mando, vamos dizer assim, do porta-voz oficial do sistema, o ex-Presidente da Arena, Governador Francelino Pereira, u'a manifestação de professores que não recebem o salário, foi dissolvida a bombas de gás.

Veja Vossa Excelência, que na realidade a repressão continua presente, continua forte, e dá para interpretar, perfeitamente, que o Governo está concedendo alguma coisa pela pressão da sociedade. Mas não de iniciativa própria, por um ato de liberalidade, como eles pretendem dizer, estaria concedendo.

Porque então, já teria mudado a filosofia do Governo. E essa filosofia teria atingido principalmente os setores da repressão.

Mas, entendemos que é exatamente o contrário. O Governo concede quando está sendo pressionado.

O problema da UNE é característico disso. Uma semana antes, a imprensa noticiava que seriam presos os estudantes que fossem a Salvador. Quando os órgãos de segurança constataram que todos os estudantes já tinham ônibus contratados, que os estudantes corriam e se movimentavam, inclusive vieram a esta Casa pedir dinheiro, e muitos Deputados, dos dois Partidos, ajudaram os estudantes a contratarem ônibus para ir a Salvador, quando o Governo viu que todos compareceriam a Salvador, então mudou. Aí veio aquela história de "vamos dar colchões para dormir, vamos abrir o auditório".

Mas porque havia a pré-disposição e a disposição firme dos estudantes, de realmente irem ao seu congresso.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado, Srs. Deputados.

Mas, não falta aí, esta semana ainda, o ilustre Ministro do Planejamento, Sr. Mário Henrique Simonsen, num debate na Câmara dos Deputados, quando estava sendo sabatinado, disse que realmente ele entende ser impossível conviver abertura com a crise econômica que se vive no País.

Mas, quem é o culpado pela crise econômica?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso tempo se esvai.



E antes de terminar, gostaria de, rapidamente, ouvir o Sr. Deputado Deni Schwartz, que antes já insistira com um rápido aparte.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Nelson Friedrich, o Brasil e a classe política em especial, ambos os Partidos, todas as facções políticas brasileiras são, antes de mais nada, vítimas.

Vítimas da ditadura científica que se implantou neste País há 15 anos, e que realmente, pela primeira vez, se faz neste mundo uma ditadura em que há rodízio no comando geral. Temos de 5 em 5 anos, agora de 6 em 6 anos, a mudança do ditador do dia. E esse é o grave problema que Vossa Excelência levantou. Porque o que vemos no Brasil é a irresponsabilidade total. O Brasil não tem responsáveis por si. Ninguém mais é responsável. E para citar um exemplo, todos nós parece estamos esperando, ou pelo menos, os sonolentos estão esperando as ordens de cima. E em cima não existem ordens, é o caos.

Veja, por exemplo, que há um mês atrás, o eminente Presidente da Arena do Estado do Paraná, veio a Curitiba e, numa entrevista pela televisão, afirmava - entrevista que foi por nós contestada, afirmava que o correto era a extinção dos 2 Partidos, porque realmente os Partidos nada mais representavam.

Ontem, às 9:15 da noite, pelo mesmo canal de televisão, este mesmo Presidente afirmou que ele, na verdade, era contra a extinção dos dois Partidos, mas que assim vai ocorrer mas, que, pessoalmente, ele é contra. Afinal, quem manda neste País? Que sistema científico, que sistema miraculoso é este que determina as ordens para todos? O Sr. Presidente Figueiredo não é responsável, os homens do Partido do Governo não reconhecem a responsabilidade; parece que vêm ordens de fora. De onde, Sr. Deputado? É a grande dúvida que fica e que paira sobre todos nós. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência lamenta informar o nobre Deputado que se encontra na tribuna, que o horário da Liderança é improrrogável e o seu tempo está esgotado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente, a gentileza, a terminarei dizendo:

“Que esses democratas sonolentos que falam, continuam tendo suas fisionomias atestadoras dos olhos inchados, pela longa noite que viveram, sem ao menos terem pesadelos maiores, de consciência ou sonhos alentadores de verdadeira democracia ao Brasil, e de liberdade aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência consulta à Liderança da Arena, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 03/79, que denomina “Dr. João Ribeiro Júnior”, a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, com sede na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 16/79, que objetiva consolidar a legislação pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, introduzindo no referido Quadro, alterações julgadas necessárias. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI Nº 16/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica consolidada nesta Lei, a legislação atinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Os cargos do Quadro referido no artigo anterior passam a ter a quantidade, a classificação, as denominações, os padrões, a simbologia e as referências de vencimentos das Tabelas anexas, as quais são consideradas parte integrante desta Lei.

§ 1.º — Os cargos constantes da Tabela I, são de provimento em comissão e serão preenchidos na forma da Lei.

§ 2.º — Os cargos constantes das Tabelas II, III e IV, são de provimento efetivo e serão preenchidos na classe inicial, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 3.º — O provimento dos cargos constantes desta Lei será feito pelo Presidente do Tribunal de Alçada.

Art. 4.º — As funções gratificadas são as constantes da Tabela V, correspondente à simbologia nela relacionada.

Art. 5.º — A gratificação de representação prevista no artigo 172, inciso IV da Lei Estadual nº 6174, de 16/11/70, poderá ser aplicável aos servidores em exercício, nos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Geral, obedecidos o número e valores fixados por decreto do Governador.

Art. 6.º — Estende-se, no que couber, aos servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada, a legislação atinente ao Código de Organização e Divisão Judiciárias e Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Art. 7.º — A estrutura administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Alçada, assim como as atribuições, responsabilidades e demais características e condições pertinentes aos ocupantes dos cargos constantes desta Lei, serão especificadas em regulamento editado por ato da Presidência.

Art. 8.º — Os ocupantes de cargos das carreiras atingidas por esta Lei, que não optarem pelo ingresso na nova estrutura no prazo de 10 (dez) dias, permanecerão na situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Parágrafo único — O disposto no “caput” deste artigo é aplicável aos não optantes pelo ingresso na nova estrutura de que trata a Lei nº 7031, de 15/09/78.

Art. 9.º — Os cargos de Diretor-Secretário, Assessor de Recursos e Assessor Judiciário serão privativos de Bacharel em Direito, de comprovada experiência e reputação ilibada.

Art. 10 — Os cargos de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo e de Contador, são privativos, respectivamente, de Bacharéis em Direito, Administração Pública e Ciências Contábeis, portadores de diploma devidamente registrado.

Art. 11 — O cargo de Bibliotecário é privativo de diplomado em Biblioteconomia.

Art. 12. — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis de nºs 6569, de 25/06/74, 6.593, de 15/08/74, 6.641, de 04/12/74 e 6.787, de 31/05/76, é aplicável aos cargos constantes da Tabela II.

Art. 13 — A carreira de Oficial Judiciário tem seu início no nível TA-19, e a ela terão acesso, pelo critério de merecimento e antiguidade, alternadamente, os ocupantes do cargo de Auxiliar Judiciário nível TA-18, respeitados os requisitos estabelecidos no Regulamento de que trata o art. 7.º, desta Lei.

Art. 14 — Aplica-se no Tribunal de Alçada no que couber, o disposto nas Tabelas I e II, da Lei Estadual nº 6149, de 09 de setembro de 1970.

Art. 15 — Como consequência das modificações introduzidas por esta Lei ficam criados no Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada, os seguintes cargos:

#### I — EM COMISSÃO

1 — Oficial de Gabinete da Vice-Presidência 3-C

#### II — DE CARREIRA

3 — Assistente Jurídico nível TA-30

3 — Assistente Jurídico nível TA-29

TABELA I  
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR  
GRUPO OCUPACIONAL DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR  
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
1	Diretor Secretário	2-C	1	Diretor Secretário	DAS-3
1	Chefe de Gabinete da Presidência	2-C	1	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-5
5	Assessor Judiciário	2-C	5	Assessor Judiciário	DAS-5
1	Assessor de Recursos	2-C	1	Assessor de Recursos	DAS-5
2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C	2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
			1	Oficial de Gabinete da Vice-Presidência	3-C
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	6-C	1	Oficial de Gabinete da Secretaria	3-C

TABELA II  
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR  
GRUPO OCUPACIONAL DE ACESSORAMENTO SUPERIOR  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
			3	Assistente Jurídico	TA-30
			3	Assistente Jurídico	TA-29
			4	Assistente Jurídico	TA-28
1	Assistente Técnico Administrativo	TA-28	1	Assistente Técnico Administrativo	TA-30
1	Contador	TA-28	1	Contador	TA-28
			1	Bibliotecário	TA-27

TABELA III  
ATIVIDADES DE APOIO JUDICIÁRIO  
GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES DIVERSAS

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
1	Assessor Administrativo	PJ-27	3	Oficial Judiciário	TA-27
2	Assessor Administrativo	PJ-26	2	Oficial Judiciário	TA-26
			2	Oficial Judiciário	TA-25
1	Assessor Administrativo	PJ-24	2	Oficial Judiciário	TA-24
2	Oficial Judiciário	TA-23	2	Oficial Judiciário	TA-23
2	Oficial Judiciário	TA-22	2	Oficial Judiciário	TA-22
2	Oficial Judiciário	TA-21	2	Oficial Judiciário	TA-21
2	Oficial Judiciário	TA-20	2	Oficial Judiciário	TA-20
3	Oficial Judiciário	TA-19	3	Oficial Judiciário	TA-19
3	Auxiliar Judiciário	TA-18	3	Auxiliar Judiciário	TA-18
3	Auxiliar Judiciário	TA-17	3	Auxiliar Judiciário	TA-17
3	Auxiliar Judiciário	TA-16	4	Auxiliar Judiciário	TA-16
2	Datilógrafo	TA-16	2	Datilógrafo	TA-16
3	Datilógrafo	TA-15	4	Datilógrafo	TA-15
3	Datilógrafo	TA-14	5	Datilógrafo	TA-14
			1	Operador de Computador	TA-24

TABELA IV  
ATIVIDADES DE APOIO JUDICIÁRIO  
GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES DIVERSAS

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
1	Motorista	TA-16	1	Motorista	TA-17
2	Motorista	TA-15	2	Motorista	TA-16
3	Motorista	TA-14	3	Motorista	TA-15
			1	Copeiro	TA-14
1	Copeiro	TA-13	1	Copeiro	TA-13
1	Copeiro	TA-12	2	Copeiro	TA-12
1	Servente	TA-13	3	Servente	TA-13
1	Servente	TA-12	3	Servente	TA-12
2	Servente	TA-11	3	Servente	TA-11

TABELA V  
FUNÇÕES GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Chefe de Divisão	2-F
Chefe de Seção	3-F
Chefe de Serviço	4-F
Oficial de Justiça	5-F
Auxiliar de Sessões	7-F

- 4 — Assistente Jurídico nível TA-28
- 1 — Bibliotecário nível TA-27
- 2 — Oficial Judiciário nível TA-27
- 2 — Oficial Judiciário nível TA-25
- 1 — Oficial Judiciário nível TA-24
- 1 — Auxiliar Judiciário nível TA-16
- 1 — Datilógrafo nível TA-15
- 2 — Datilógrafo nível TA-14
- 2 — Servente nível TA-13
- 2 — Servente nível TA-12
- 1 — Servente nível TA-11
- 1 — Copeiro nível TA-14
- 1 — Copeiro nível TA-12
- 1 — Operador de Computador nível TA-24

Art. 16 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

(Obs.: Tabelas I, II, III, IV e V vide página 10).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 23/79, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos do Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE LEI N.º 23/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede na Cidade de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

LEÔNIDAS CHAVES — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 25/79, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica da Família, da cidade de Reserva. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE LEI N.º 25/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA DA FAMÍLIA, com sede e foro na Cidade de Reserva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 32/79, que declara de utilidade pública a Associação Bamerindus, com sede e foro na Cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE LEI N.º 32/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BAMERINDUS, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 38/79, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE LEI N.º 38/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, com sede e foro na cidade de São Pedro do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Porate, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao General Samuel Alves Correa, pela sua indicação para ocupar o elevado posto de Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 45.º aniversário de emancipação política do Município de Sertãoópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Engelke. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 22/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 54/79 e 58/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado-Chefe da Delegacia da SUNAB, em Curitiba, no sentido de que seja desencadeada fiscalização nos supermercados de Umuarama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor à direção da União Paranaense dos Estudantes Secundários, pela publicação do jornal "Argumento". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo que em todos os processos judiciais, que impliquem em ações de despejos referentes a litígios de terras, onde se discute o direito possessório, sejam ouvidos o INCRA e o I.T.C. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja construído o anel

viário de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que autorize a construção de sede própria para a agência de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, congratulando-se pela assinatura do decreto que dá maior liberdade aos Municípios na aplicação do Fundo de Participação dos Municípios. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/79.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 42, 43 e 44/79.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 99/77 e 09/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 02/77, 54/79, 55 e 56/79 e de Lei n.ºs 54 e 58/79.

Levanta-se a sessão.

**Portarias:**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**RESOLVE:**

**PORTARIA N.º 460/79**

designar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços conforme especifica, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979:

AZÉLIA DE LIMA BRANDINI — Serviço de Assistência Judiciária.

MARIA ANGÉLICA MOREIRA — Departamento Administrativo.

CARMEM CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE — Departamento de Divulgação

ENEDUAR FALEIRO PINTO NUNES — Departamento Administrativo.

GLACYR ANDRADE DE OLIVEIRA — Departamento Administrativo.

LAUDICÉA RIEIRA DOS SANTOS — Serviço do Cerimonial

JACY CORREIA FERNANDES — Gabinete da Presidência

WILMA A. NUNES TONINELLO — Serviço do Cerimonial

ORLANDO NADALIN — Departamento Legislativo

HUGO MENDONÇA SANTANA — Departamento de Divulgação.

NILCE ALVES POLI MILANI — Gabinete da 1.<sup>a</sup> Secretaria.

JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA — Departamento Administrativo.

ORLANDO FERREIRA — Serviço de Assistência Social.

PEDRO DISSENHA — Departamento Administrativo.

EDILTON TREVISAN — Serviço Médico.

(Proc. 6147).

**PORTARIA N.º 461/79**

designar BENEDITO DE LIMA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, até

31 de dezembro de 1979.  
(Proc. 6147).

**PORTARIA N.º 461/79**

autorizar NILCE ALVES POLI MILANI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1.<sup>a</sup> Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979.

(Proc. 3098).

**PORTARIA N.º 463/79**

designar LÍRIO TONETTI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2.<sup>a</sup> Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979.

(Proc. 6142).

**PORTARIA N.º 464/79**

designar ERNESTO COSTA DE SOUZA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Dácio Leonel, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979.

(Proc. 6145).

**PORTARIA N.º 465/79**

designar ELIZA AMÉLIA MOSSE GALVÃO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979.

(Proc. 6144).

**PORTARIA N.º 466/79**

revogar, a pedido, a Portaria n.º 403/78, de 28 de novembro de 1978, que designou para prestar serviços no Departamento Legislativo, a funcionária CILENE MARIA SILVA PEREIRA, ora à disposição deste Poder, tendo em vista que a referida funcionária foi exonerada da Prefeitura Municipal de Guarapuava.

(Proc. 6201).

**PORTARIA N.º 467/79**

autorizar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, a prestarem setenta (70) horas extras mensais, conforme solicitação do Gabinete da Presidência, no período compreendido entre 22 de maio a 31 de dezembro de 1979:

JAIRO GUAREZI

HILDO LOPES

(Proc. 5693).

**PORTARIA N.º 468/79**

autorizar ALBERTO MIGUEL, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2.<sup>a</sup> Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979.

(Proc. 5956).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de junho de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral